


Guia da Ouvidoria do TCE-RJ





Guia da Ouvidoria do TCE-RJ

Este guia foi criado com cuidado e atenção pela equipe da Ouvidoria do TCE-RJ e objetiva explicar à sociedade como encaminhar manifestações e informações, além de informar quais os tipos de demanda podem ser recebidas pela Ouvidoria do TCE-RJ.

A Ouvidoria:



NÃO RECEBE

DENÚNCIA

(DEVE SER ENCAMINHADA DO PROTOCOLO)

REPRESENTAÇÃO

(DEVE SER ENCAMINHADA AO PROTOCOLO)

CONSULTA

(DEVE SER ENCAMINHADA AO PROTOCOLO)

PEDIDO DE ELABORAÇÃO DE PESQUISAS

PEDIDOS DE PARECERES, CONSULTORIA OU ASSESSORIA JURÍDICA

QUALQUER DOCUMENTO

(OFÍCIO, MEMORANDO, SOLICITAÇÃO, ETC -
DEVEM SER ENCAMINHADOS AO PROTOCOLO)

RECEBE E ENCAMINHA AOS SETORES COMPETENTES



MANIFESTAÇÕES

(CRÍTICAS, SUGESTÕES, ELOGIOS E RECLAMAÇÕES) SOBRE
SERVIÇOS PRESTADOS PELO TCE-RJ.

**INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE ATOS
ADMINISTRATIVOS E DE GESTÃO PRATICADOS
PELOS JURISDICIONADOS DO TCE, DE FORMA A
SUBSIDIAR OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO
DO TCE-RJ.**

**PEDIDOS DE INFORMAÇÃO COM FUNDAMENTO
NA LEI 12.527/11, PARA ACESSO A DADOS NÃO
DISPONÍVEIS NO PORTAL DO TCE-RJ**

Competências

A Ouvidoria integra o cidadão ao TCE-RJ por meio do diálogo, promovendo o controle social e possibilitando o aprimoramento dos serviços prestados.

A Ouvidoria do TCE-RJ NÃO é o canal responsável por receber e processar denúncias, representações ou consultas pela Ouvidoria do TCE-RJ.

As denúncias, representações ou consultas devem ser protocoladas no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.tcerj.tc.br/protocolo-publico-eletronico/novo-protocolo?tipoProtocolo=2>

**SAIBA MAIS AQUI, COMO
ENCAMINHAR UMA DENÚNCIA,
REPRESENTAÇÃO E UMA CONSULTA**



Manifestações

As manifestações dirigidas à Ouvidoria podem se referir a situações relativas:



AO TCE-RJ

Quando o conteúdo da manifestação disser respeito a um serviço prestado pelo próprio TCE-RJ.



AOS JURISDICIONADOS DO TCE-

Quando o conteúdo da manifestação se referir a um ato administrativo ou de gestão praticado pelas pessoas físicas ou jurídicas fiscalizadas pelo TCE-RJ.

O jurisdicionado é aquele que se submete às decisões do Tribunal; ou seja, todo aquele que pratica atos que serão controlados pelo Tribunal de Contas, tanto na esfera municipal quanto na estadual.

QUAIS SÃO AS MANIFESTAÇÕES REFERENTES A ATOS PRATICADOS PELOS JURISDICIONADOS?

As manifestações encaminhadas à Ouvidoria pelos cidadãos e que se referem a atos praticados pelos jurisdicionados **têm por objetivo apresentar ao TCE-RJ informações relevantes que poderão subsidiar futuras auditorias e demais instrumentos de fiscalização.**

É essa a determinação do artigo 2º, III, da Resolução 282/14:

III - Receber, registrar, analisar e encaminhar aos setores competentes informações relevantes fornecidas sobre atos administrativos e de gestão praticados por órgãos e entidades da administração pública sujeitos à jurisdição do TCE-RJ, de forma a subsidiar os procedimentos de auditorias, inspeções e demais instrumentos de fiscalização, excetuada a formulação de denúncia, representação e consulta por serem de rito próprio e regulamentadas no Capítulo V, artigos 68 a 72 do Regimento Interno do TCE-RJ aprovado pela Deliberação nº 167/92 combinado com os artigos 58 a 60 da Lei Complementar Estadual nº 63/90.

No caso de manifestação referente a atos administrativos do jurisdicionado, a Ouvidoria recebe a manifestação, analisa e encaminha para o setor técnico especializado, a fim de que o setor registre os dados que irão subsidiar futuras auditorias e apresente uma resposta a ser encaminhada ao cidadão.

Não existe reclamação, crítica, elogio, informação ou esclarecimento sobre atos dos jurisdicionados, apenas coleta de informações relevantes para uso em futuras ações de fiscalização pelo TCE-RJ.

As manifestações referentes a atos administrativos do jurisdicionado não podem ser tratadas pela Ouvidoria ou pelos setores especializados do TCE-RJ como informação, reclamação, crítica, elogio ou esclarecimento, mas devem compor o banco de dados que será utilizado em futuras auditorias a partir da avaliação de critérios de relevância e materialidade.

Como o exercício das competências do TCE-RJ é realizado concomitante e posteriormente à prática de atos administrativos pelo jurisdicionado, dificilmente o fato relatado pelo cidadão já terá sido objeto de averiguação pelo TCE-RJ, seja em auditorias ou em outras ações.

Não haverá, portanto, uma resposta imediata sobre ações praticadas pelo TCE-RJ a respeito do fato narrado na manifestação, uma vez que o conteúdo da resposta a ser dada ao cidadão irá se limitar às ações de fiscalização realizadas pelo TCE-RJ sobre atos pretéritos, e não presentes ou futuros, praticados pelo jurisdicionado e já julgados pelo plenário.

Portanto, apesar da Ouvidoria não receber denúncia, representação ou consulta, as quais deverão dar entrada no TCE-RJ pelo protocolo, a Ouvidoria recebe informações relevantes, que dizem respeito a atos praticados pelos jurisdicionados.

Muitas vezes, o cidadão, ao se deparar com um ato praticado por um administrador público, deseja que o TCE-RJ inicie imediatamente uma investigação das ações daquele administrador público. Mas a realidade é que, na ordem jurídica brasileira, o TCE-RJ faz parte de uma rede de órgãos públicos de fiscalização, em que cada um exerce uma determinada competência. Fazem parte dessa rede de órgãos de fiscalização, por exemplo:

- Ministério Público Federal e Estadual.
- Polícia Federal
- Tribunal de Contas da União
- Assembleia Legislativa
- Câmaras de vereadores
- Agências reguladoras.

A competência do TCE-RJ **NÃO** é a de instaurar um processo criminal, ou prender um administrador público ou até mesmo obrigá-lo a construir uma ponte ou uma escola.

Compete ao TCE-RJ a fiscalização dos gastos públicos e, para isso, cabe ao Tribunal realizar várias ações de controle como, por exemplo, auditorias, julgamento das contas dos administradores, registro de aposentadorias e exame de atos e contratos. Vale lembrar que essas ações de controle são realizadas após a prática do ato pelo administrador público.



Além disso, essas fiscalizações obedecem a uma programação elaborada a partir de critérios técnicos de relevância e materialidade, na qual são avaliadas quais as ações que deverão ser tomadas.

Objetivando incluir no banco de dados os elementos que servirão de base para a elaboração das ações de fiscalização é que a resolução n 282/14, que regulamenta a Ouvidoria, determina que as informações encaminhadas pelos cidadãos serão enviadas ao setor técnico. Essas informações irão compor o banco de dados do controle externo, o qual será utilizado para montar o cronograma das fiscalizações realizadas pelo TCE-RJ.

A Ouvidoria sempre irá responder às questões do cidadão tomando por base as informações coletadas a partir das decisões tomadas pelo plenário. Além disso, poderão acontecer auditorias futuras oriundas das informações encaminhadas pelo cidadão a respeito dos atos administrativos praticados pelos jurisdicionados.

Vale lembrar que uma informação referente as ações praticadas pelos administradores públicos não se confunde com uma denúncia ou uma representação.



As denúncias e as representações deverão ser necessariamente protocoladas no TCE-RJ para que venham a se tornar processos, objetivando a apuração pelo corpo técnico e posterior votação no plenário, com a observância do devido processo legal. A formalização de uma denúncia ou representação obedece a um normativo próprio e exige o cumprimento de uma série de requisitos.

Portanto, nos casos de denúncia, representação e consulta, estaremos diante de um processo e não de uma manifestação direcionada à Ouvidoria. Sendo assim, as manifestações encaminhadas pelos cidadãos à Ouvidoria se resumem a:



INFORMAÇÕES SOBRE ATOS ADMINISTRATIVOS PRATICADOS PELOS JURISDICIONADOS

Objetivam trazer ao TCE-RJ informações sobre atos praticados pelos administradores públicos jurisdicionados, que serão registradas pelo setor técnico e irão integrar o banco de dados, o qual irá subsidiar a elaboração de futuros atos de fiscalização.



MANIFESTAÇÕES SOBRE SERVIÇOS DO TCE-RJ

Objetivam apresentar à Ouvidoria reclamação, elogio, crítica, sugestões ou solicitar informações sobre os serviços prestados pelo TCE-RJ.

Manifestação sobre serviços prestados pelo TCE-RJ

As manifestações referentes aos serviços prestados pelo TCE-RJ serão recebidas pela Ouvidoria, que as analisa e as encaminha para o setor técnico especializado, objetivando apresentar uma resposta ao cidadão e aperfeiçoar os serviços prestados pelo TCE-RJ.

Por se tratar de manifestações referentes aos serviços prestados pelo TCE-RJ, e como o próprio TCE poderá rever imediatamente os seus próprios serviços, essas manifestações são classificadas pelo artigo 2º, II, Resolução 282/14 como: reclamação, sugestão, crítica, elogio, informação ou esclarecimento.

Pedidos de informação fundamentados na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11)

Além das manifestações referentes a serviços prestados pelo TCE-RJ e do pedido de informações relativas a atos administrativos praticados por jurisdicionados, o cidadão também poderá solicitar, por meio da Ouvidoria, o acesso à informação pública, com fundamento na [Lei de Acesso à informação – Lei 12.527/11 – conhecida como LAI](#).

A lei de acesso à informação, lei nº 12.527/11, conhecida como LAI, determina que a transparência é a regra e o sigilo é a exceção, regulamentando o direito constitucional dos cidadãos aos registros administrativos e às informações sobre atos dos administradores públicos.



O objetivo da LAI é disponibilizar o acesso aos dados que não são objeto de transparência ativa, ou seja, não podem ser acessados pelo cidadão por meio do portal TCE-RJ, via internet.

O QUE É INFORMAÇÃO?

Conjunto de conhecimentos acumulados sobre um certo tema. São exemplos de informações: registros de despesas, de editais, de licitações e de contratos realizados.

QUAIS INFORMAÇÕES PODEM SER SOLICITADAS POR MEIO DE UM PEDIDO FUNDAMENTADO NA LAI?

As informações e dados públicos, exceto os sigilosos e os de caráter pessoal, produzidos ou custodiados pelo TCE-RJ (art. 2º, da Resolução TCE-RJ nº 275/13).

NÃO PODERÃO SER OBJETO DE PEDIDO DE INFORMAÇÃO:

PEDIDO DE PESQUISAS: Nesses casos, o cidadão deverá proceder a buscas a partir dos instrumentos de pesquisas, disponibilizados na página do TCE-RJ na internet.

PEDIDOS GENÉRICOS, DESPROPORCIONAIS OU DESARRAZOADOS.

PEDIDOS QUE ENVOLVAM INFORMAÇÃO CLASSIFICADA COMO RESERVADA, SECRETA OU ULTRASECRETA, OU QUE DIGAM RESPEITO A INFORMAÇÕES PROTEGIDAS POR SIGILO ASSEGURADO POR LEI OU DECISÃO JUDICIAL.



ACESSE AS LEGISLAÇÕES
DA OUVIDORIA E DA LAI **AQUI**



Como encaminhar uma manifestação ou fazer pedido de informação baseado na LAI

As manifestações ou pedidos de informação baseado na LAI podem ser encaminhados à Ouvidoria pelos seguintes CANAIS DE ATENDIMENTO:

- **Site:** <https://www.tcerj.tc.br/ouvidoria/externo/cadastro.do> (clique no canal Lei de Acesso à Informação)
- **E-mail:** ouv@tcerj.tc.br
- **Telefone:** 0800 0 25 3231
- **Correspondência ou presencialmente:** Praça da República, 70 – Térreo. Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20211-351

O atendimento presencial está temporariamente suspenso em decorrência da pandemia do coronavírus.

